

Priscila Campos Ribeiro

Sentidos da escola pública e infinitas possibilidades da diferença: o desafio na hospedagem do estrangeiro

A escola pública no Rio de Janeiro me desafia a olhá-la estrangeiramente, identificando nela o potencial de infinitas possibilidades de ser escola. Esse olhar me desafia, pois me desloca ao esforço de desestruturar os sentidos construídos e fixados nas relações sociais que desenvolvi. Há uma provocação ao despertar de um tipo de relação que não ignora, mas ao contrário, celebra a presença do outro, como infinito em suas possibilidades, dos fenômenos sociais que perpassam as práticas sociais de significação da escola, incluindo o que não está hegemônico e foi excluído das ditas possíveis significações de escola pública e isso dá trabalho.

Também queremos fixar o estrangeiro. Buscamos conhecê-lo perguntando o nome, de onde vem e para onde vai. “Como te chamamos?”, indagamos. A provocação do olhar estrangeiro na significação da escola pública está além desta hospitalidade em receber o outro identificando-o como hóspede e não hostil. O desafio de significar a escola pública está na hospitalidade incondicional, sem tais perguntas. Está no convite: “Vem, entra, detenha-se em minha casa, não peço seu nome, nem sequer ser responsável, nem de onde vens nem para onde vais.” (Derrida, 2000, p.135)

E o convite do olhar estrangeiro foi posto.

Muitos convites foram feitos para conferir a delicadeza da construção cotidiana da concepção de escola pública no curso intitulado: “Sobre a escola (pública) e o ato educativo ou sobre a experiência da pesquisa como verificação da igualdade. Encontrar uma escola pública em/para o Rio: andar e falar como práticas de pesquisa educativa.” Mas o convite que justamente destaco foi o que nos sugeria ter um olhar estrangeiro nesta experiência, porque me provocou a sair do lugar comum, caminhar fora do ambiente familiar dos meus saberes, justamente na cidade do Rio de Janeiro, a minha cidade. O desafio era de ter um olhar estrangeiro sobre o meu cotidiano para repensar a escola pública.

Entendo como desafio, pois é fácil ter o olhar estrangeiro em uma nova situação, em um lugar novo, em um novo contexto. Ter um olhar estrangeiro em uma cidade que nunca visitei é naturalmente desenvolvido; fora do meu cotidiano, reparo em montanhas, cores, cheiros, formas, ritmos, sons que os nativos já nem enxergam mais. Acostumaram-se. Ter um olhar estrangeiro para quem acabo de conhecer é fácil. Reparo no corpo, nos movimentos, nas entonações, nas minhas escolhas de palavras para fazer comunicação, nos meus movimentos corporais calculados. Entendo que o olhar estrangeiro traz um tipo de atenção diferente, mais apurada, mais minuciosa, mais intensa. É como um olhar de encantamento, apaixonando-se por detalhes antes não notados, surpreendendo-se. As emoções parecem mais vivas, as pessoas parecem mais abertas, pois recebem mais alegremente o outro vindo de fora, parece haver mais entrega às situações de necessidade desse outro (abrigo, alimento, informações) do que aos conterrâneos.

O desafio, então, estava em cultivar esse olhar para um lugar que já era o meu lugar confortavelmente fixado, sabendo de antemão o caminho a percorrer, as possíveis dificuldades encontradas, soluções propostas e resultados a serem alcançados.

Um olhar estrangeiro em uma cidade em que já estou acostumada a viver e desprender uma atenção desmedida para ver outras possibilidades, além das fixações que havia construído no meu cotidiano.

A interlocução desse olhar para pensar a escola pública complica ainda mais o desafio, pois cotidianamente passamos a perder detalhes na escola em uma vã tentativa diária de fixar o outro, de fixar todos os outros agentes: a instituição, o espaço, as práticas, a sociedade, a construção do conhecimento.

O convite está posto diariamente: construir um olhar que vê o outro, não como sujeito pleno, mas incompleto, em constituição, infinito de possibilidades de significação; um estrangeiro. Este convite nos sugere pensar no tempo oportuno de condições de mudança social. Não estamos falando daquele tempo que esperamos chegar até nós como mágica, como oportunidade única e exclusiva de mudança social em um determinado tempo cronológico. Estamos falando daquele que é o próprio tempo presente pelo qual construímos nossas relações sociais, atentos para vermos a nós mesmos como oportunos, autônomos, capazes e participantes da construção da sociedade neste tempo presente. Agir, dizer, aceitar, negar, participar, ocultar-se, questionar, pensar, decidir o caminho, essas e outras decisões fazem parte das decisões políticas que nos permitem estar oportunos. São práticas das nossas relações sociais no tempo presente que constroem e modificam o social. O tempo cronológico por si só nada tem a ver com nosso compromisso em assumir um caminho, tomar uma posição, mudar uma situação. Os dias, meses e anos não modificam pontos de vista, contextos sociais, nem constituem sujeitos. As escolhas dos sujeitos, na construção das relações sociais, é que caracterizam as formas cambiantes do social. Nós tomamos as decisões. Não há um tempo oportuno que chega e configura uma condição ideal de tomada de decisão. É a nossa construção diária que configura o social, nos constitui e nos transforma como sociedade.

Hospedar o estrangeiro em nós mesmos em uma relação em que se permita deslocar as próprias verdades, que nos ensine e nos perturbe pelo confronto com o que já sabemos. Uma relação que torna o conhecido, um estranho. Também na relação com o outro, não no sentido de oferecer novas informações sobre seu saber, mas provocando-o a ver tal conhecimento por um novo ponto de vista, por um olhar estrangeiro. E permitir, a nós mesmos e aos outros, considerar diferentes alternativas e as infinitas possibilidades de onde elas poderiam nos levar ou nos permitir ir.

O desafio de acolher o estrangeiro parece implicar ainda o respeito ao outro, sem amarrá-lo em nossa camisa de força ideológica, falar a nossa língua, comer da nossa comida e guiá-lo em rédeas curtas para ir até onde “gostaríamos” que fosse. Permiti-lo seguir testando outras infinitas possibilidades de vida, escolhas e decisões, inclusive a de usufruir a responsabilidade do estado de liberdade de escolher ser, estar, permanecer e eventualmente se arrepender ou não em suas decisões faria parte da hospitalidade.

A relação se dá na prática, sem haver um plano de constituição *a priori*. Ela não está determinada pelo pertencimento a uma posição econômica, classe social ou gênero. A lógica das relações sociais é incompleta, contingente, não é previsível ou antecipável. Isto porque nossas identidades são precárias, não estão fechadas, não há uma fixação. As identidades se dão na construção das relações e assim se constituem, não tem um caráter necessário e determinante. Elas são relacionais e se constituem por meio do discurso, isto é, por meio de linguagem, ações e instituições. Discurso não se reduz à linguagem, compreende as práticas sociais, “incluindo a materialidade das instituições, práticas e produções econômicas, políticas e linguísticas” (Lopes, 2006, p.38). Assim, estão imbricados na constituição do sujeito: a linguagem (retórica), o indivíduo (sua psique) e o político (a sociedade e o social).

As práticas das relações sociais compreendem formações discursivas e processos hegemônicos que dizem respeito a “como são definidos os termos de um

debate político, quais agendas e ações são priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas” (Laclau, 2011, p.10). E nessa perspectiva, é na prática, nas relações sociais que o sujeito se constitui como sujeito. Quando pensamos, por exemplo, na categoria *jovem*, são as práticas sociais que o constituem como jovem. Não há nada em sua essência que o signifique como tal. As relações sociais é que têm esse sentido de significação. Além disso, é nas diferentes posições de sujeito que ele ocupa que sua identidade juvenil é também constituída. As posições de sujeito são posições igualmente discursivas, abertas, não fixas, provisórias para dar conta do processo de constituição da subjetividade.

Uma das questões para pensarmos o olhar estrangeiro é que as posições de sujeito podem se opor de modo a limitar as práticas do outro, impedindo sua existência real e configurando uma relação antagonônica. O antagonismo impede que o social tenha uma presença plena, que seja pura positividade (poder haver todas as possibilidades). Em outras palavras, é o que introduz a negatividade no social (homossexual como ameaça à identidade heterossexual, por exemplo). Nesse sentido, os antagonismos mostram os limites de uma sociedade, ou seja, aquilo que conspira contra a polissemia, contra a infinitude de possibilidades identitárias. Como no caso dos colonizadores em antagonismo aos colonizados. Colonizadores são equivalentes em relação ao que os ameaça como colonizados. Colonizados também são tornados equivalentes em relação ao que os ameaça como colonizados. Neste antagonismo, os polos são simplificados (Laclau, 2011, p.163).

Nas lutas antagonônicas, uma maneira de se posicionar é através da equivalência, que é o ato de apagar provisoriamente o caráter diferencial de termos diferentes. Ou seja, as equivalências são atos discursivos que permitem que a negatividade (ser ameaçado pelo outro) tenha uma existência real. Assim, a equivalência simplifica o espaço político. A lógica da equivalência divide o espaço social negativamente (a identidade e o que ameaça a identidade). O espaço político é o conjunto de práticas pelas quais o sujeito se constitui. Como o caso de um jovem habitante de uma comunidade empobrecida, homossexual, negro, que em sua constituição subjetiva pode se aliar a outros agentes que lhe são antagonônicos. Em cada luta antagonônica, os agentes sociais podem equivaler-se, mesmo sendo antagonônicos em outras posições de sujeito (Laclau, 2011, p.174-176).

O espaço político em que os sujeitos são constituídos configura o conjunto de práticas e discurso que cria uma determinada posição de sujeito. Vejamos o caso do feminismo, em que o espaço político da luta feminista é o conjunto de práticas e discurso que criam as diferentes formas de subordinação da mulher. No caso da luta antirracista, são as diferentes formas de discriminação racial (Laclau e Mouffe, 2011). Laclau defende a pluralidade e a indeterminação do social, pois as lutas sociais são diversas, nada nelas é inevitável e natural e cada uma deve ser explicada.

As lutas sociais têm um caráter político quando seu objetivo é a transformação de uma relação social que coloca um sujeito em relação de subordinação. Não há como antecipar ou prever o sentido futuro que essas lutas tomarão na medida em que o social está caracterizado por um constante deslocamento, descentramento e pluralidade discursiva. A política é a criação, reprodução e transformação das relações sociais, e não a repetição de relações hierárquicas que reproduziam o mesmo tipo de sujeito subordinado (Laclau e Mouffe, 2011).

Ao construirmos nossas relações sociais estamos exercendo ações políticas, e, por meio dessas relações, fixamos provisoriamente os significados do outro em meio a infinitas possibilidades de significação. Trata-se de um momento precário de fixação e somente uma parte limitada de todo o potencial de atribuição de significados. A construção da escola pública contempla a luta política por significação do que vem a ser *escola, público, transformação social* etc. A questão é que esse processo de significação se dê permitindo outros significados.

Derrida (2000) nos convida a pensar em uma certa inquietude que nos permitimos vivenciar quando questionamos onde já havíamos deixado de questionar, perguntar, quando nos deslocamos para olhar pelo lugar incomum, abandonando o familiar, o confortável, onde as respostas eram certas, prontas e fechadas. E compara essa experiência a hospedar o estrangeiro, o que não conhecemos, o que nos é estranho.

A experiência já começa na construção com a própria pergunta: o que é? O que significa? Não necessariamente em elaborar a pergunta, mas de acolhê-la, hospedá-la. Não importa quem a fez, mas quem a acolhe. À pergunta acolhida respondemos em uma relação em que significados vão sendo construídos e que constitui nossa própria identidade. Os sentidos podem ser sempre elaborados, remanejados, deslocados pelos sujeitos.

Essa concepção vê o estrangeiro como aquele que põe em dúvida o conhecimento da autoridade (do chefe, do pai, do dono da casa), que dá origem à pergunta. O estrangeiro questiona a própria pergunta. Ele não fala como os demais. Ele fala uma língua diferente, com outro sotaque, outro ponto de vista, pertence a outro lugar e é diferente.

O estrangeiro de Derrida (2000) pode nos ajudar a pensar nas posições de sujeito de Laclau (Laclau, 2011; e Laclau e Mouffe, 2011) para pensar uma escola pública. Isso porque à diferença que Derrida atribui ao estrangeiro, pensamos a incompletude do sujeito de Laclau cuja identidade não tem um caráter necessário e determinante, é relacional e se constitui discursivamente. A própria sociedade, como todo objeto, é um objeto de discurso e toda prática se estrutura em alguma forma de totalidade discursiva. Conforme o autor explica, um terremoto ou a queda de um ladrilho são fatos existentes, mas a significação de “fenômeno natural” ou “ira de Deus” está relacionada à estruturação de um campo discursivo (Laclau e Mouffe, 2011, p.146). O social se constitui discursivamente e existe como o esforço por produzir esse objeto impossível que é a sociedade, como a tentativa de fixar as diferenças. A questão é construí-la de modo a permitir uma democracia plural que possa contemplar as diversas esferas possíveis de luta.

Pensar a escola pública, democraticamente plural, implica estar atento às práticas sociais, significações e produções de sentido dos fenômenos sociais que a perpassam. Implica estar atento aos discursos da escola. Pensar e praticar uma escola pública, portanto, passa pela “compreensão da cultura como processo de significação e da política como as disputas contingentes pelo poder de hegemonizar determinadas significações, ... uma compreensão capaz de tornar política e cultura obrigatoriamente imbricadas” (Laclau, 2011, p.10).

O princípio democrático de igualdade e liberdade tem grande importância na construção do político e é uma das matrizes do imaginário social.

Durante o tempo em que predominou um modo tal de instituição “totalista” do social, a política não podia ser mais do que a repetição de relações hierárquicas que reproduziam o mesmo tipo de sujeito subordinado. O momento chave no começo da revolução democrática pode situar-se na Revolução Francesa. ... Foi ao nível do imaginário social que surgiu então algo verdadeiramente novo, com a afirmação do poder absoluto do povo. É ali ... que se situa a verdadeira descontinuidade: o estabelecimento de uma nova legitimidade, na invenção de uma cultura democrática.

(Laclau e Mouffe, 2011, p.197)

A partir da Revolução Francesa foram dadas as condições discursivas para expor as diferentes formas de desigualdade como ilegítimas, antinaturais e fazê-las equivalentes a formas de opressão. Há relações de subordinação pelas quais um agente

se submete às decisões do outro; e também há relações de opressão nas quais as relações de subordinação se tornaram matrizes de antagonismos; e ainda relações de dominação que são o conjunto das relações de subordinação consideradas ilegítimas por alguém exterior a elas. A partir da existência e da disponibilização do discurso da democracia, com práticas articulatórias de diversas formas de resistência à subordinação, temos as condições que tornam possíveis as lutas contra os diferentes tipos de desigualdade (Laclau e Mouffe, 2011).

Certas transformações sociais podem ser o contexto que modificam relações sociais que não haviam sido construídas sob a forma de subordinação, em relações de subordinação. É quando uma posição de sujeito passa a ser a sede de um antagonismo por um discurso portador de novas formas de desigualdade. Também novos problemas que influenciam a organização da vida social podem originar antagonismos e formas diversas de resistência e constituir terreno para a luta contra desigualdades (Laclau e Mouffe, 2011).

As formas que as lutas contra as desigualdades vão tomar dependem de um contexto discursivo muito mais amplo que as simples relações de poder. Há uma pluralidade de formas de construir um antagonismo a partir de diversos modos de subordinação. Todas as lutas podem ser articuladas a discursos muito diferentes. Toda política que pretenda ser hegemônica deve sempre aspirar a uma pluralidade de planos, fazendo parte de cadeias de equivalência e se articulando com outras lutas (Laclau e Mouffe, 2011).

Pensar em sentidos para a escola pública também é pensar em infinitas possibilidades da diferença, é pensar em escola que abre espaço para a multiplicidade de formas de luta contra a opressão, lutas pela pluralidade sexual, contra o trabalho infantil, contra opressão de mulheres e pela igualdade racial. Entendo que em cada um desses campos de batalha somos residentes ou estrangeiros. Não há uma estrutura que feche a significação de escola pública, mas aposto na construção de relações sociais que, assim como hospedar o estrangeiro, nos desloquem do lugar comum, nos façam ver por outro ponto de vista. Pensar sentidos da escola pública provocados pelo convite do olhar estrangeiro também passaria por pensar a construção da escola como passível e possível de ser construída como espaço para diferentes lutas, contra a opressão, cujos movimentos não cessem as possibilidades de novos sentidos, as possibilidades infinitas da diferença. Finalmente, pensar sentidos passaria também por construir a escola pública de poderes (no sentido de poder ser, infinitas possibilidades), a escola pública como horizonte inalcançável, para ser continuamente construída, pensada e repensada.

Referências

- DERRIDA, Jacques. *La hospitalidad*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2000.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. *Currículo Sem Fronteiras*, v.6, n.2, p.33-52, julho/dezembro de 2006.
- _____. *Teorias de currículo*, São Paulo: Cortez, 2011

Priscila Campos Ribeiro é mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro
Foto por Catarina Dallapicula

Andar na cidade

Os textos que serão apresentados a seguir foram produzidos a partir de uma experiência de pesquisa partilhada, que teve como prática comum andar pelas ruas do Rio de Janeiro. Cada um dos autores desta seção tomou um caminho diferente pelas vias da cidade. Suas trajetórias e seus desvios nos desafiam a interrogar as relações que podem ser estabelecidas entre o caminhar pela cidade, o caminhar pelo pensamento e o caminhar pela escrita.